

GEOPOLÍTICA DE BRASIL E ARGENTINA: PERCEPÇÕES SOBRE A AMÉRICA DO SUL E AS RELAÇÕES BILATERAIS

Geopolitics of Brazil and Argentina: Perceptions About South America and Bilateral Relations

Jéssica Maria Grassi¹

¹Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil. E-mail: jessicamgrassi@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8616-8653>.

Recebido em: 16 jan. 2020 | Aceito em: 23 jan. 2020.



RESUMO

O artigo tem como objetivo, por um lado, analisar as concepções da geopolítica brasileira e as mudanças nos papéis atribuídos à América do Sul e à Argentina e, por outro lado, explorar a geopolítica argentina, de modo a identificar as mudanças nas perspectivas relativas à América do Sul e ao Brasil. Esse estudo é motivado pela identificação histórica e mútua de Brasil e Argentina como rivais e a transformação ocorrida após 1980, quando os dois países consolidaram uma importante parceria estratégica, a qual foi fundamental para o aprofundamento da integração sul-americana. Desse modo, a técnica de pesquisa utilizada é a bibliográfica, sendo este um estudo exploratório e qualitativo que não pretende fazer uma comparação entre os pensamentos geopolíticos dos dois países ao longo do período analisado, mas abordar aspectos relevantes para se compreender as mudanças na identificação mútua dos vizinhos sul-americanos e em sua geopolítica.

Palavras-chave: Rivalidade, parceria estratégica, Bacia do Prata.

ABSTRACT

The article aims, on one hand, to analyze the conceptions of Brazilian geopolitics and the changes in the roles attributed to South America and Argentina; and, on the other hand, to explore the Argentine geopolitics, in order to identify the changes in the perspectives regarding South America and Brazil. This research is motivated by the historical and mutual identification between Brazil and Argentina as rivals and the transformation that occurred after 1980, when both countries consolidated an important strategic partnership, which was fundamental for the deepening of South American integration. Therefore, it is used the bibliographic research technique. Also, this is an exploratory and qualitative study that does not intend to make a comparison between the geopolitical thoughts of the two countries over the analyzed period; but deal with relevant aspects to understand the changes in the mutual identification of the two South American neighbors and in their geopolitics.

Keywords: Rivalry, strategic partnership, Prata's River Basin.



INTRODUÇÃO

O conceito de América do Sul é considerado recente e desenvolveu-se a partir da própria identificação dos países que compõe a região, ao contrário de América Latina, denominação europeia para designar os povos situados ao sul do Rio Grande. A América do Sul, entorno geográfico e estratégico de Brasil e Argentina, passa a ser espaço prioritário de inserção desses países, principalmente após a década de 1980. Ademais, com a institucionalização desse espaço, a partir do aprofundamento dos processos de integração, passou a ser considerada uma região geopolítica. Nesse sentido, justifica-se a delimitação da América do Sul, e não América Latina, para explorar o pensamento geopolítico dos países delimitados neste estudo.

Historicamente as relações entre Brasil e Argentina foram marcadas por rivalidades e conflitos geopolíticos, intercalando tentativas de aproximação em determinados períodos. No entanto, a partir da assinatura do Acordo Tripartite o relacionamento passa a se desenvolver pela lógica da cooperação, avançando até passar a ser caracterizado como uma parceria estratégica. Argentina e Brasil são vizinhos mutuamente imprescindíveis e suas relações são prioritárias para ambos os países, os quais agregaram nas últimas décadas uma ampla agenda de cooperação, incluindo áreas consideradas sensíveis, como a nuclear. Essa parceria consolidada foi e continua a ser fundamental também para o avanço de processos de integração regionais.

Nessa perspectiva, este estudo tem como objetivo explorar as concepções geopolíticas desses dois países, no intento de identificar, de modo geral, os papéis atribuídos ao outro ao longo do tempo, as mudanças ocorridas no pensar o outro, nas hipóteses de conflito e cooperação, na identificação do vizinho e na importância dada ao entorno geográfico. Não se pretende fazer um estudo comparativo, mas explorar alguns elementos importantes para compreender o pensamento geopolítico de Brasil e Argentina diante dos aspectos levantados.

Para isso, desenvolvem-se três seções, sendo que, em um primeiro momento, será analisado as noções da geopolítica brasileira, enfatizando os estudos de Travassos - um dos mais proeminentes geopolitólogos brasileiros e que preocupava-se com as ameaças



provenientes da Argentina - e alguns períodos importantes para se compreender o papel da América do Sul, as perspectivas referentes à Argentina e as relações bilaterais. Após, a segunda seção explorará as concepções da geopolítica argentina - destacando alguns teóricos importantes para a compreensão deste - buscando compreender a importância dada ao entorno geográfico, a atribuição dada ao Brasil em seus cálculos estratégicos e sua visão quanto a atuação do vizinho na região. Por fim, a última seção analisará brevemente a parceria estratégica e o envolvimento de ambos os países na região durante a primeira década do século XXI.

GEOPOLÍTICA DO BRASIL E AMÉRICA DO SUL: O LUGAR DA ARGENTINA NO PENSAMENTO GEOPOLÍTICO BRASILEIRO

O Brasil é o maior país da América do Sul, dotado de continentalidade e maritimidade, dados geográficos importantes em sua percepção geopolítica. Suas fronteiras terrestres nacionais são a terceira maior do mundo (15.719 quilômetros), somente atrás de China e Rússia, assim como também é o terceiro país em número de vizinhos, fazendo fronteiras com 10 países. O território brasileiro é o quinto maior do mundo, são 8.515 quilômetros quadrados, o que representa 47% do território sul-americano. (Carmona, 2012).

Além disso, são 7.491 quilômetros de faixa litorânea e calcula-se que os espaços marítimos brasileiros atingem cerca de 3,5 milhões de quilômetros quadrados. Desse modo, a conformação geográfica nacional do Brasil o apresenta como território misto, diluindo a oposição clássica de Alfred Thayer Mahan e Halford John Mackinder no que diz respeito à importância do mar e do território terrestre. (Carmona, 2012).

Mahan (1890) defendeu na obra “The Influence of Sea Power Upon History” que dominar os fluxos marítimos e hidroviários e, assim, o comércio internacional era a base do poder das grandes potências. Ele analisava, desse modo, o desenvolvimento da Grã-Bretanha como base para os Estados Unidos se tornarem a potência mundial.

Por outro lado, Mackinder (1904) propôs em “The Geographical Pivot of History” que as mudanças tecnológicas nos meios de transportes terrestres levaram ao fim da supremacia do poder marítimo e naval. Nesse sentido, desenvolveu a teoria do Heartland, o qual seria uma região rica em recursos naturais, protegida pela sua



geografia e com amplo potencial para agricultura e pecuária. Essa área era localizada no “coração da terra”, na Eurásia, segundo Mackinder (1904).

Com relação ao entorno geográfico brasileiro, desde o Barão do Rio Branco a América do Sul passou a ter espaço no pensamento geopolítico e nas preocupações da diplomacia brasileira, a partir da evolução da noção de vizinhança, da identidade internacional do Brasil e das preocupações geopolíticas e fronteiriças (Cervo, 2008). Quanto às relações entre Brasil e Argentina, apesar dos períodos em que se observaram tentativas pontuais de aproximação e cooperação, as rivalidades geopolíticas marcaram a história das relações entre os dois países.

Mesmo nos períodos de aproximação, as rivalidades eram latentes entre os vizinhos. Entre as tentativas de cooperação neste período, destaca-se o Pacto ABC (Argentina, Brasil e Chile), proposto por Rio Branco, o qual era uma tentativa de entendimento e cooperação entre os três países com maior influência na América do Sul. Esse pacto buscava assegurar os interesses brasileiros de transformar a América do Sul em um espaço geopolítico de maneira a se colocar como liderança regional (Doratioto, 2000). Além disso, impediria que Argentina e Chile exercessem essa liderança colocando os demais países de colonização espanhola contra o Brasil (Bueno, 2002).

É importante compreender que os estudos geopolíticos brasileiros surgiram nos anos 1920 e 1930 e foram evoluindo no decorrer do século XX a partir de novas demandas e preocupações. Nesse sentido, destacam-se entre as preocupações que levaram ao desenvolvimento de um pensamento geopolítico brasileiro: as ameaças territoriais, a delimitação das fronteiras, a soberania nacional, e a necessidade de coesão territorial, a independência energética, o desenvolvimento de infraestruturas e a projeção de poder. Assim, esses estudos, foram muito influenciados pelas teorias do poder terrestre e do poder marítimo. (Albuquerque, 2015; Costa e Théry, 2016).

A geopolítica brasileira foi um campo dominado por pensadores e autores militares por muito tempo. Assim, aponta-se, como pioneiros no estudo, pensadores como o professor Everaldo Backheuser, o Brigadeiro Lysias Rodrigues e o General Mario Travassos. Apesar dos escritos do geógrafo Everaldo Beckheuser serem apontados



como o primeiro impulso aos estudos da geopolítica brasileira, tendo influenciado os estudos posteriores na área, Travassos é reconhecido como o autor que melhor reflete a combinação da teoria e da prática da fase distinguida como de hegemonia intelectual militar na geopolítica brasileira. Nesse período, Travassos publica *Projeção Continental do Brasil* (1931), a qual é reconhecida como a principal referência do pensamento geopolítico clássico brasileiro. (Arruda e Waldmann Jr, 2015; Costa e Théry, 2016).

O General também influenciou autores posteriores como Golbery de Couto e Silva, importante militar e geopolitólogo dos anos 1950 - um dos criadores da Escola Superior de Guerra e ligado ao desenvolvimento da Doutrina de Segurança Nacional -, cuja principal obra é *“Geopolítica do Brasil”*, publicada em 1952. Outro militar que foi muito influenciado por Travassos foi Carlos de Meira Mattos, considerado um dos mais proeminentes intelectuais militares do país, foi professor durante anos na Escola de Comando do Estado Maior do Exército e sua obra mais reconhecida é *“Projeção Mundial do Brasil”* (1960), em clara alusão à obra de Travassos, publicando também *“Brasil, Geopolítica e Destino”* (1975) e *“Uma Geopolítica Pan-Amazônica”* (1980). (Arruda e Waldmann Jr, 2015; Costa e Théry, 2016; Miyamoto, 1981).

Mário Travassos destacou-se como um dos grandes geopolitólogos do Brasil, cujos estudos se direcionaram à questão da projeção geopolítica do Brasil na Bacia Platina, preocupando-se principalmente com as ameaças provenientes da vizinha Argentina. A Argentina era considerada a grande adversária e a maior preocupação brasileira, inclusive devido à desvantagem do Brasil frente às forças militares argentinas no início do século XX. (Arruda e Waldmann Jr, 2015).

Travassos acreditava que o Brasil precisava fortalecer seu poder e expandir sua influência sob os vizinhos sul-americanos, integrar o território nacional em direção ao oeste, promovendo a integração territorial, levando em consideração dois antagonismos geográficos: Oceano Atlântico versus Oceano Pacífico e Bacia Amazônica versus Bacia do Prata. Nesse sentido, propunha a necessidade de trabalhar as potencialidades brasileiras de modo a neutralizar a influência da Argentina na região do Prata. (Arruda e Waldmann Jr, 2015; Costa, 2008).

Reconhecia-se também a competência argentina em se projetar na região:



Os planos argentinos para maximizar sua presença na América do Sul são coerentes e bem feitos. Em princípio, o país não deve ignorar os benefícios naturais do seu próprio rio. O rio da Prata serve de escoamento e único contato internacional para vizinhos mediterrâneos, afastados dos oceanos pacífico e atlântico – a fatalidade paraguaia e boliviana. [...] Em outro nível, em complemento ao transporte fluvial, a Argentina constrói ferrovias com o intuito de ligar Paraguai, Bolívia, Uruguai e Chile diretamente ao território argentino [...] (Hage, 2013, p. 105).

Travassos, inspirado no conceito de heartland, ou área pivô, de Mackinder, julgava que o território da Bolívia era o heartland da América do Sul e triângulo estratégico era delimitado pelas cidades Cochabamba, Santa Cruz de La Sierra e Sucre . Assim, este deveria ser dominado pelo Brasil para que o país obtivesse a hegemonia regional, em disputa com a Argentina (Arruda e Waldmann Jr, 2015; Costa, 2008).

Portanto, preocupado com um possível domínio argentino sobre esse território, Travassos propunha:

[...] a plena utilização, pelo Brasil, das potencialidades das vias fluviais amazônicas para uma rede de circulação que articulasse esse heartland boliviano à costa atlântica brasileira (a começar pela utilização do rio Madeira), apoiada pela ferrovia Madeira-Mamoré. Em suma, tratava-se, em seu esquema, de opor a “espontaneidade viária da Amazônia” ao “artificialismo da atração ferroviária platina”. Quanto ao antagonismo natural entre as vertentes pacífica e atlântica, o autor está certo de que as vantagens naturais dessa última certamente transformar-se-ão em vantagens geopolíticas, de modo que o essencial, no caso, é apenas descobrir a melhor estratégia para estender a circulação oriental até a borda do Pacífico. Para ele, é inevitável o desencadeamento da “influência decisiva da vertente atlântica sobre a pacífica”, que dependerá sobretudo da capacidade da circulação terrestre de estender-se sobre os Andes, pelas linhas “naturais de circulação”, ou as “abertas linhas de cumeada” (pasos e nudos). O coroamento dessa estratégia brasileira no continente seria de fato a captura do heartland para a sua área de influência (Costa, 2008, p. 197).

Destaca-se que, além dos geopolitólogos apresentados, mais tarde, outros nomes se destacarão entre os grandes da geopolítica brasileira, introduzindo os estudos da geopolítica também entre os civis, entre eles: Therezinha de Castro, Bertha Becker, Leonel Itaussu Almeida Mello, Luiz Alberto Moniz Bandeira, Shiguenoli Miyamoto e Wanderley Messias da Costa.

Como analisado, na visão dos geopolitólogos militares brasileiros, a América do Sul era a região destinada para o país exercer seu poder como potência regional, competindo com a Argentina o domínio desse território (Cervo, 2008).



Nessa perspectiva, um período compreendido como de auge dos conflitos no século XX foram os anos 1970 devido as discordâncias envolvendo as tratativas para a construção da Usina de Itaipu, projeto brasileiro-paraguaio. Durante esses anos, o equilíbrio de poder entre as potências regionais passa a se alterar, com a balança de poder passando a ser favorável ao Brasil (Saraiva, 2012; Mello, 1996). Assim, pontua-se que:

A visão brasileira, que era defendida sobretudo pelo embaixador/chanceler Azeredo da Silveira, esteve mais próxima do que poderia ser denominado “rivalidade assimétrica”. Nos marcos da “rivalidade assimétrica”, a década de 1970 foi marcada por negociações difíceis sobre a utilização das águas. Por outro lado, houve um adensamento das relações nos campos militar e nuclear e um esforço de aproximação intensa por parte do governo argentino. Embora a ideia de rivalidade e deterioração das relações parecesse estar no ápice e tenha contado com o incentivo das respectivas imprensas nacionais, paralelamente eram gestadas as possibilidades de um entendimento entre os dois países. (Saraiva, 2012, p. 56).

No entanto, com o tempo, e principalmente após a assinatura do Acordo Tripartite Itaipu-Corpus, observou-se a mudança do pensamento mútuo de rivalidade. Nos fins do século XX, a América do Sul adquiriu nova visibilidade, assim, as relações com a Argentina também entraram em um novo patamar. Desse modo, a partir de meados da década de 1980, as relações bilaterais passaram a ser caracterizadas como uma parceria estratégica.

Nesse sentido, alguns fatores foram importantes para a aproximação com a América Latina, de modo geral, e para a relação cooperativa entre Brasil e Argentina nesse período: a assinatura do Acordo Tripartite; o apoio norte-americano à Grã-Bretanha e o apoio brasileiro à Argentina na Guerra das Malvinas; a restauração democrática; o problema da dívida externa e a intenção de diminuir os gastos militares; o enfraquecimento do diálogo Norte-Sul, a crescente marginalização da América Latina no sistema mundial e as restrições tecnológicas impostas pelas potências mundiais; a convergência em fóruns internacionais; a busca pela complementariedade comercial e a necessidade de um esforço conjunto no campo tecnológico; e o abandono do projeto de Brasil Potência, que dava lugar a uma representação de país parte do Terceiro



Mundo. (Mello, 1996; Russell e Tokatlian, 2003; Taborda, Rolando e Floro, 2010; Saraiva, 2012; Milani, 2015).

Por fim, o diálogo foi incentivado no intento de superar as desconfianças históricas, num contexto de identificação mútua entre os vizinhos, superando-se, em grande medida, as hipóteses de conflito e avançando na cooperação em áreas estratégicas para ambos os países. Assim, a parceria estratégica desenvolvida pelos dois países tornou possível o avanço dos processos de integração regional. Partindo disso, na seção seguinte, será analisada a geopolítica argentina, de modo a compreender o papel atribuído à América do Sul e às relações com o Brasil.

GEOPOLÍTICA ARGENTINA, PREOCUPAÇÃO COM O ENTORNO GEOGRÁFICO E AS RELAÇÕES COM O BRASIL

No início do século XX, não se pode identificar uma escola de pensamento geopolítico argentino ou uma escola geopolítica, diferentemente do observado no Brasil com os estudos da geopolítica pelos militares. Santos (1985) também observa que apenas em 1969 foi criado o Instituto de Estudios Estratégicos y de Relaciones Internacionales da Argentina, o qual era a mais importante instituição dedicada a formulação de um pensamento geopolítico. Além disso, os estudos elaborados no instituto foram pouco adotados na formulação da política externa da Argentina (Santos, 1985). Apesar disso, alguns políticos e militares no decorrer do século XX destacaram-se nesse período pelas preocupações geopolíticas e, do mesmo modo como visualizado na seção anterior, o Brasil era elencado como rival geopolítico e configurava a principal ameaça.

O Almirante Segundo Storni é um grande nome da geopolítica argentina, cuja obra mais importante é “Intereses argentinos en el mar”, baseada em uma conferência de 1916. O Almirante voltou sua atenção ao desenvolvimento do poder naval, muito influenciado pelas ideias de Mahan. Para Storni, ao ensejar se tornar uma potência e diante do caráter insular do país defendido pelo Almirante, assim como o destino marítimo definido pela geografia, a Argentina deveria preocupar-se mais especificamente com o mar. Nesse sentido, defendia manter Buenos Aires como o



centro de gravidade do país, onde se encontrava o grande porto do país. (Tripolone, 2015).

O objetivo principal da Argentina devia se voltar para o que afirmava ser o centro de gravidade da civilização. Sendo assim, o geopolitólogo dava pouca importância para a América do Sul, uma vez que, segundo ele, os países sul-americanos não tinham muito a contribuir para a ascensão da Argentina. Apesar disso, defendia a necessidade da Argentina manter boas relações com os países do entorno que tivessem bases marítimas que pudessem servir ao país. (Tripolone, 2015). Assim, acrescentava:

A firme amizade e inteligência mútua com o Brasil e o Uruguai, por um lado, e por outro com o Chile e o Peru, é essencial: é como o ponto de partida que garantirá as estradas para os dois lados da América do Sul, não apenas pela ação local das próprias forças, mas pela concorrência e pelo apoio das forças do vizinho (Storni citado por Tripolone, 2015, p. 144, tradução nossa).

Nota-se que a Argentina historicamente estabeleceu parcerias com os países desenvolvidos, como Europa, principalmente Grã-Bretanha, e Estados Unidos – assim como o fez o Brasil. Já a América Latina ocupava um baixo perfil nas relações internacionais do país (Milani, 2015). Além disso, crescia na Argentina “um sentimento de superioridade do país quanto ao resto da região” e “para boa parte da elite argentina a superioridade do país também se expressava no plano racial”, pregando-se, com isso, o estabelecimento da hegemonia argentina na América do Sul (Russel e Tokatlian, 2003, p. 74-75). Nesse contexto encontra-se a ideia histórica de Grande Argentina, na qual identificam-se as tendências imperialistas e expansionistas do país, justificadas como meios para garantir suas necessidades vitais, e as intenções em se tornar uma potência econômica, militar e imperialista na América do Sul (Beired, 2001).

Durante o governo de Julio Roca a Argentina objetivou sua projeção no Atlântico Sul e, assim, buscou-se a aproximação com o Brasil, principalmente julgando ser um contrapeso diante da possibilidade de uma aliança brasileira com o Chile (Cisneros e Escudé, 1998). Porém, apesar de períodos com tentativas pontuais de aproximação e cooperação - como, por exemplo, durante a presidência de Roque Sáenz Peña (1910-1914), a iniciativa do Pacto do ABC (Argentina, Brasil e Chile), nos governos de Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón, ou ainda nos encontros de Uruguiana (Candeas, 2017;



Leme, 2010; Muñoz, 2010; Saraiva, 2012) -, as rivalidades geopolíticas marcaram as relações entre os dois vizinhos.

Durante a primeira e a segunda gestões presidenciais de Julio Roca (1880-86 e 1898-1904) a Argentina se aproximou do Brasil com o objetivo de evitar uma segunda frente de conflito no Cone Sul e um possível cerco geopolítico a partir de uma eventual aliança Santiago-Rio de Janeiro. O próprio "pacto ABC", geralmente citado como um dos primeiros esforços de cooperação política entre Argentina, Brasil e Chile, foi uma espécie de pequeno concerto à europeia apoiado na lógica do equilíbrio de poderes num contexto em que se "pan-americanizavam" as relações internacionais no Hemisfério. (Russel e Tokatlian, 2003, p. 76).

As relações bilaterais, portanto, se estabeleciam pela lógica das rivalidades geopolíticas, com ambos disputando o poder regional e, apesar das tentativas de aproximação, as desconfianças eram frequentes (Milani, 2015). Havia na Argentina afirmações acerca das políticas hegemônicas e expansionistas brasileiras, assim como a cobrança de que a Argentina fizesse frente e buscasse uma posição de superioridade diante do vizinho (Beired, 2001).

A partir de 1906, José Figueroa Alcorta (1906-1910) assume a presidência da Argentina, estabelecendo-se relações tensas com o Brasil, sobretudo quando Estanislao Zeballos assume a chancelaria do país. Esse é um período marcado por intensas rivalidades que envolveram questões comerciais, fronteiriças e de segurança e que quase levaram a ocorrência de um conflito armado entre os países. (Cisneiros e Escudé, 1998; Muñoz, 2010).

Em dezembro de 1904, o Congresso brasileiro aprovou o plano de rearmamento naval do Ministro Júlio de Noronha, o qual contou com o apoio do Barão, em meio às preocupações de um conflito armado com o Peru. [...] Respondendo ao mecanismo da balança de poder, a Argentina alarmou-se com o programa de rearmamento do Brasil. A partir de então, o Chanceler Estanislao Zeballos iniciaria uma forte campanha de pressão no governo e na imprensa de seu país para impor ao Rio de Janeiro a equivalência naval. [...] Zeballos cria que o plano naval brasileiro tinha por objetivo atacar a Argentina [...]. Ele via em Rio Branco um continuador da diplomacia astuta do Barão de Cotegipe e propôs-se a empregar todos os meios para impedir que o Brasil se rearmasse. (Muñoz, 2010, p. 54-55).

Zeballos, referenciado como um cientista do território, identificava o Brasil como grande ameaça fronteiriça e as desavenças com o Barão do Rio Branco, nesse período, eram marcantes (Paredes, 2009).



De fato, durante seu ministério, Zeballos havia realizado uma importante aquisição de armamentos, especialmente destinados para a frota de guerra, alegando a necessidade de equilibrar o poder marítimo que o Brasil vinha adquirindo há quatro anos antes: dois encouraçados (finalmente incorporados em 1915) e doze destróieres, mas essa política seria decididamente descontinuada por Roque Sáenz Peña, que cultivaria cuidadosamente uma política de relaxamento e aproximação com o Brasil, quebrando as diretrizes ditadas por seu ex-camarada e apoiador . (Paredes, 2009, p. 19, tradução nossa).

Essas percepções para com a região, assim como em relação ao Brasil, começaram a se alterar principalmente a partir do pós-Segunda Guerra Mundial, com destaque para os governos de Juan Domingo Perón (1946-1952; 1952-1955; 1973-1974), levando o país a se voltar para o entorno geográfico (Russell e Tokatlian, 2003; Granato e Oddone, 2014; Milani, 2015).

O Governo Perón buscou maiores margens de autonomia frente aos Estados Unidos e estabeleceu uma grande aproximação política e cultural com a América Latina. Além disso, pregava a integração regional como forma de avançar no desenvolvimento nacional, na busca pela maior autonomia e como instrumento de projeção de poder (Granato e Oddone, 2014). Para Perón, o Brasil não era um rival da Argentina e deviam, portanto, ser considerado um potencial aliado.

Nesse sentido, durante seus governos, propôs um novo Pacto ABC; concebeu a União dos Países do Sul, projeto que visava a complementação econômica e o entendimento político dos países sul-americanos; e almejou um terceiro bloco latino, o qual era baseado na ideia de uma união aduaneira entre os países latino-americanos e visava, mais tarde, incluir Portugal, Espanha, Itália e França. (Granato e Oddone, 2014).

Essas iniciativas não foram exitosas, bem como não foram capazes de superar a lógica de desconfiança e rivalidades que imperavam nas relações entre Brasil e Argentina. Durante o período militar, as rivalidades persistiram e até mesmo se acentuaram em determinados momentos diante das preocupações geopolíticas e do aumento do poder brasileiro, fazendo com que predominassem a visão de ameaça e a inimizade.

Nesse sentido, um período conflituoso das relações bilaterais ocorreu entre as décadas de 1960 e 1970 envolvendo as questões referentes ao aproveitamento



hidrelétrico dos Rios da Bacia do Prata e a construção da Itaipu por Brasil e Paraguai. (Candeas, 2017; Mello, 1996; Milani, 2015; Saraiva, 2012). Na Argentina havia a perspectiva de que o Brasil pretendia ampliar sua influência na região por meio da construção da Itaipu. Ademais, a construção da mesma traria problemas aos planos argentinos para a construção das hidrelétricas de Yaciretá e Corpus (Mello, 1996; Saraiva, 2012; Santos, 1985).

Nesse contexto histórico, os escritos do Almirante Isaac Francisco Rojas se voltavam mais precisamente para as tensões geopolíticas vividas pela Argentina com o Chile e com o Brasil. No caso das relações com o Brasil, e devido ao período conflituoso referente aos rios da Bacia do Prata, conforme mencionado acima, seus estudos voltaram-se principalmente para essas questões. (Covelli, 2016). Entre seus escritos mais importantes, publicados nos anos 1970, estão: “Intereses argentinos en la Cuenca del Plata, su abandono antihistórico a partir de la quiebra institucional de la libertad” (1974), “La Argentina en el Beagle y Atlántico Sur” (1977), “El litigio Argentino-Chileno en la Zona Austral desde sus orígenes lejanos hasta el Presente. Argentina en el Atlántico Chile en el Pacífico” (1978) e “La Ofensiva Geopolítica Brasileña en la Cuenca del Plata” (1979).

Outro importante geopolitólogo argentino foi Juan Enrique Guglielmelli, intelectual do exército argentino que tem como principal obra “Geopolítica del Cono Sur”, publicada em 1979. Conforme o general argentino, diferente do pensamento de Storni, a Argentina estava ligada à América do Sul pela geografia, pela história, pela economia e pelo seu destino. Assim, para ele, o poder terrestre se sobressaía em relação ao marítimo, não devendo ser negligenciado o papel continental da Argentina. O General era claramente influenciado pelas ideias de Mackinder. (Covelli, 2016; Tripolone, 2015). Da mesma forma que Rojas, devido ao contexto conflituoso, Guglielmelli também discutiu as implicações das ações brasileiras frente à Bacia do Prata (Santos, 1985).

Além dos nomes mencionados, citam-se outros importantes no que se refere à geopolítica argentina, entre eles Jorge Atencio, Osiris Villegas, Jorge Fraga, Florentino Diaz Loza e José Felipe Marini. Entre os temas mais estudados pelos geopolitólogos argentinos estão as questões da Bacia do Prata, o Atlântico Sul, a Antártica e a



hegemonia brasileira, evidenciando em muitos casos a oposição à geopolítica e à política externa do Brasil. (Covelli, 2016; Santos, 1985).

Conforme Buchrucker (1994), historicamente as preocupações dos militares argentinos giravam entorno das supostas ameaças territoriais do Brasil sobre o nordeste argentino, considerado o adversário mais provável da Argentina, da mesma forma que as ameaças chilenas no sudeste. As reclamações sobre o território das Malvinas também se faziam presentes. Na década de 1980, alguns militares ainda chamavam a atenção para a superioridade militar e os movimentos geopolíticos brasileiros e a necessidade de se fazer frente com o maior desenvolvimento das potencialidades da Argentina. (Buchrucker, 1994).

No entanto, as supostas ameaças dos vizinhos passam a ser, em grande parte, rechaçadas. Inclusive, passa-se a defender, principalmente após a Guerra das Malvinas, um sistema de defesa latino-americano que supere o sistema interamericano vigente. A partir de então, a hipóteses de conflito com o Brasil passam a ser vistas como declinantes. Muitos dos trabalhos produzidos na década de 1980 estão dentro de uma corrente moderada, chamada de geopolítica da cooperação ou da integração. (Buchrucker, 1994).

Em meados da década de 1980, a Argentina se encontrava vulnerável econômica e politicamente, de modo superior ao Brasil. Assim, a aproximação bilateral, com vistas a atingir uma integração, era considerada a melhor maneira de se reincorporar à arena regional e internacional, bem como recuperar o dinamismo de sua economia. (Leme, 2006). Desse modo, considerava-se necessária a formação de uma relação prioritária e estratégica com o principal vizinho, buscando a convergência ante os organismos econômicos e financeiros internacionais, que multiplicasse a capacidade de negociação frente a esses organismos e tornasse possível a criação de uma área de poder no Cone Sul. (Russell e Tokatlian, 2003).

Desse modo, observa-se que a partir da assinatura do Acordo Tripartite Itaipu-Corpus ocorrem significativas mudança em relação ao papel destinado à América do Sul e ao Brasil, substituindo a política conflitiva com este por uma intensa parceria baseada na confiança. Portanto, ampliou-se agenda cooperativa, buscando-se trabalhar com



temas sensíveis como a cooperação nuclear e, assim, a partir dos anos 1980, o Brasil passa a ser identificado como aliado argentino.

AMÉRICA DO SUL COMO REGIÃO GEOPOLÍTICA: INTEGRAÇÃO REGIONAL E CONSOLIDAÇÃO DA PARCERIA ESTRATÉGICA ENTRE BRASIL E ARGENTINA

A partir da assinatura do Acordo Tripartite, uma série de acordos, programas e projetos conjuntos foram tomando forma, entre eles apontam-se a Ata da Integração Brasileiro-Argentina, o Programa de Integração e Cooperação Econômica, a Ata da Amizade e o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, além de muitos acordos na área nuclear. Esse entendimento levou à consolidação da parceria estratégica, a qual foi possível devido a múltiplos fatores, internos e externos, mencionados nas seções anteriores.

A intensificação dessas relações foi, portanto, imprescindível para o aprofundamento dos processos integracionistas na região, sendo Brasil e Argentina considerados o motor da integração regional, promovendo a institucionalização da espaço sul-americano. A principal consequência disso foi a formação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), em 1991 – e, mais tarde, a iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA/CSN) e a União das Nações Sul-Americanas (Unasul).

No início do século XXI, principalmente com a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência do Brasil e Néstor Kirchner no governo argentino, as relações bilaterais retomaram sua intensidade, após um período de crise no final dos anos 1990, demonstrando-se claramente a superação das hipóteses de conflito e adotando um pensamento geopolítico mútuo de cooperação e integração. A partir disso, a convergência em vários aspectos da agenda bilateral e regional se torna mais destacada, quando os dois países passaram a manter encontros frequentes, renovando a parceria estratégica.

Durante o Governo Kirchner, o espaço sul-americano e, com isso, a integração regional, passou a ser uma prioridade para o país, estabelecendo-se como um projeto político (Rapoport e Madrid, 2011; Miranda, 2015). O país apoiou a expansão e



aprofundamento do Mercosul, bem como a criação da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), idealizando “a construção de um poder sul-americano, homogêneo e harmônico” (Miranda, 2015, p. 77, tradução nossa).

Ademais, no Livro Branco de Defesa da República Argentina observa-se a atenção dada aos mecanismos de cooperação regional, principalmente no âmbito da defesa no papel do Conselho de Defesa Sul-Americano. Ademais, consta que:

A América do Sul representa o espaço prioritário para presença institucional e as ações de cooperação e complementação em questões de defesa, seguidas sucessivamente pela América Latina, pelo continente americano e, em seguida, pelas regiões e atores relevantes para nossos interesses no resto do mundo . (Ministerio de Defensa, 2010, p. 220, tradução nossa).

Sobre as relações entre Brasil e Argentina, Bielsa (2004) destaca a importância de se aprofundar as relações de amizade e parceria entre os dois vizinhos, bem como fortalecer a integração regional:

Em um mundo em que se acentuaram a incerteza, os riscos e as assimetrias, mover-nos com seriedade dentro das margens de autodeterminação existentes requer o fortalecimento da cooperação, da solidariedade e da harmonização de posições com países com os quais compartilhamos interesses, valores e visões. Em um espaço global interdependente, a capacidade de atuar de maneira concertada – de trabalhar em comum – numa lógica de soma positiva, é um recurso de poder que devemos ser capazes de aproveitar e maximizar. (Bielsa, 2004, p. 6).

Nesse período, Omodeo (2006, p. 127) salientou que os dois países juntos “possuem margens de manobras suficientes” para a “construção de um continentalismo sul-americano”. Assim, a aliança com o Brasil passou a ser compreendida como:

[...] o único caminho real da unificação da América do Sul. Os dois países são o núcleo básico aglutinador. Como foram a França e a Alemanha para a Europa. A unificação da América Latina só pode começar com a unidade da América do Sul, e a unidade da América do Sul só pode ser estruturada a partir da unidade argentino-brasileira. Sem a aliança estratégica entre a Argentina e o Brasil não há unidade sul-americana possível porque, imediatamente, se configurariam blocos rivais. Grupos de países mais propensos a apoiar a Argentina e outros o Brasil. O império faria o resto: “Divide e reinarás”. (Omodeo, 2006, p. 155).

Da mesma forma, durante o Governo Lula a América do Sul torna-se prioridade na política externa brasileira. Desde o início do seu mandato em 2003, este “demonstrou



que a integração da América do Sul era sua prioridade número um de sua política exterior e que trataria de robustecer o Mercosul, aprofundando os vínculos com a Argentina, seu principal sócio” (Moniz Bandeira, 2009, p. 118). Nessa perspectiva, Costa e Théry (2016, p. 9) propõem que:

Desde os anos 1980 [...] e particularmente ao longo dos últimos quinze anos, os conceitos e as políticas brasileiras para a América do Sul passaram de um quadro estratégico claramente focado no exercício da hegemonia e da concorrência com os países vizinhos (principalmente a Argentina) para outro com base nos conceitos e práticas de cooperação regional. (Costa e Théry, 2016, p. 9).

Assim, a aliança com a Argentina passa a ser encarada como “um elemento chave para uma maior governabilidade sul-americana, a qual se constrói sob os alicerces da cooperação e confiança mútua, e que se materializa na estabilidade política.” (Cepik e Silva, 2012, p. 21).

O que está em jogo, no relacionamento entre o Brasil e a Argentina, não é apenas o fato de que uma estreita cooperação entre os dois países lhes seja extremamente conveniente. O que está em jogo é o fato de que uma sólida, confiável e estável aliança argentino-brasileira se constituiu, nas presentes condições do mundo, um requisito sine qua non para a sobrevivência histórica de ambos os países. Nenhum deles dispõe, presentemente, de condições para preservar, isoladamente, sua efetiva soberania e assegurar sua identidade nacional e seu destino histórico. Tal fato constitui uma das inescapáveis consequências do processo de globalização (Jaguaribe, 2005, p. 45).

Na visão geopolítica brasileira atual, a América do Sul ganhou novo sentido, como entorno estratégico do Brasil. A Política Nacional de Defesa (PND) passa a definir a América do Sul como o ambiente regional de inserção do Brasil, assim, o país aponta para o objetivo de aprofundar os laços de cooperação com a região. Ademais, ressalta que “como consequência de sua situação geopolítica, é importante para o Brasil que se aprofunde o processo de desenvolvimento integrado e harmônico da América do Sul, que se estende, naturalmente, à área de defesa e segurança regionais.” (Ministério da Defesa, 2013, p. 4-5).

Da mesma forma, no Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) defende a integração sul-americana de modo a “evitar possíveis ações hostis contra o patrimônio de cada uma das nações da região” (Ministério da Defesa, 2012, p. 51), bem como afirma que:



A integração sul-americana permanece como objetivo estratégico da política externa brasileira, pois o País reconhece no adensamento das relações políticas, sociais e econômicas entre os países sul-americanos um elemento fundamental para o desenvolvimento socioeconômico e para a preservação da paz na região. [...] Ganha relevância, nessa perspectiva, a consolidação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), que se tem revelado um instrumento para a solução pacífica de controvérsias regionais, para a proteção da democracia na América do Sul, para o fortalecimento do diálogo entre os Estados-membros e para a progressiva formação de uma base industrial de defesa sul-americana. (Ministério da Defesa, 2012, p. 34).

Essa tendência de aprofundamento da cooperação e integração regional deve-se de maneira significativa ao fim das rivalidades entre Brasil e Argentina e à consolidação de uma parceria estratégica entre os dois maiores países da região e interlocutores de peso na América do Sul. Essa parceria atuou como motor da integração regional, é o eixo fundamental de sustentação do Mercosul, o qual se tornou o núcleo dinâmico do processo integracionista sul-americano. (Jaguaribe, 2005; Omodeo, 2006; Taborda, Rolando e Floro, 2010).

Desse modo, observou-se a preocupação especial dos vizinhos com a busca pela institucionalização da região por meio de blocos econômicos, como o Mercosul, e iniciativas que vão além de questões econômicas e comerciais, como a Unasul. Esse conjunto de articulações e iniciativas no subcontinente o promovem como uma região geopolítica, isto é, “uma entidade política transnacional dotada de unidade mínima e arcabouço institucional baseados em princípios e macro-objetivos comuns nas relações internacionais.” (Costa, 2009, p. 7).

Portanto, para Costa (2009), em termos geopolíticos, América Latina não existe como objeto teórico e empírico, mas sim a América do Sul, principalmente devido a institucionalização do espaço regional. Cairo (2008) analisa que a América Latina é, no decorrer da história, uma região marginalizada pelos modelos geopolíticos, sem importância no que diz respeito às questões mundiais, apesar de que na “nova ordem geopolítica, os modelos geopolíticos [...] apresentam a América Latina como uma região muito mais autônoma que os anteriores.” (Cairo, 2008, p. 234).

Assim, na visão geopolítica de Brasil e Argentina, foi internalizado a ideia de América do Sul,



[...] uma região geograficamente definida, reconhecida pelos presidentes [...] como uma região com características específicas que a distinguiam no cenário internacional e que as suas peculiaridades e a contiguidade geográficas criavam uma agenda comum de desafios e oportunidades. (Moniz Bandeira, 2009, p. 83).

Em suma, a Argentina sempre foi considerada a maior rival brasileira, com esse vizinho estabeleceu-se uma relação de desconfiança e competição pela influência no entorno geográfico. Essa identificação, como observado, era recíproca da parte da Argentina. No entanto, com o tempo, laços cooperativos foram estabelecidos, as desconfianças e as rivalidades foram sendo superadas e os vizinhos passaram a se reconhecer como parceiros prioritários.

A extraordinária transformação observada nas relações com a Argentina, particularmente, desde os anos oitenta, inclusive, assumiu um significado histórico que permite inscrevê-las entre as autênticas parcerias estratégicas do Brasil. [...] As relações com a Argentina, igualmente complexas, converteram-se na ponta de lança da ação regional brasileira, tanto na dimensão política quanto na econômica, e nelas estão imersos os projetos que o Brasil desenvolveu sobre integração comercial, sobre segurança e sobre as medidas de cooperação política com outros países sul-americanos – seja lá qual a forma que tenham assumido nas últimas duas décadas (Mercosul, Área de Livre Comércio da América do Sul, Comunidade Sul-Americana de Nações, União Sul Americana...). (Lessa, 2009, p. 98).

Durante a primeira década do século XXI, essa relação prioritária foi reforçada e ampliada, sendo “composta por projetos de cooperação em ciência, tecnologia, inovação e sustentabilidade, incluindo iniciativas em energia nuclear, defesa, empreendimentos hidrelétricos, construção de satélites, indústria naval e educação.” (MRE, 2013, s. p.). Além disso, “a defesa da integração regional e de seus valores figura entre os objetivos da aliança estabelecida pelos dois países.” (MRE, 2013, s. p.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo analisar as concepções geopolíticas de Brasil e Argentina, buscando explorar, de modo geral, a imagem atribuída ao outro e a importância delegada à América do Sul na geopolítica desses países. Por ser um estudo exploratório, o intento do artigo foi trazer elementos importantes para se compreender a geopolítica dos dois países, refletindo sobre a visão do outro no decorrer dos anos, que passaram de rivais históricos a parceiros estratégicos.



Tanto Brasil como Argentina viam no vizinho a principal ameaça intrarregional, preocupavam-se com a atuação do outro e as intenções hegemônicas, receavam acerca dos possíveis objetivos expansionistas e das ameaças fronteiriças, preocupavam-se em manter uma balança de poder equilibrada, reagindo a cada aumento de poder do outro. Importante destacar que essas rivalidades e receios mútuos vêm antes mesmo das independências dos dois países e se origina ainda dos conflitos territoriais entre Portugal e Espanha. A partir das independências, os conflitos de interesses levaram os dois vizinhos a travar disputas geopolíticas na região durante o século XIX, tendo como exemplos a Guerra da Cisplatina (1825-1828) e a Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852).

No Brasil, Travassos foi um dos principais geopolitólogos a se debruçar acerca das potencialidades que o Brasil deveria desenvolver de modo a neutralizar as influências argentinas na Bacia do Prata, preocupado com a possibilidade do domínio argentino sobre este território. De modo geral, os geopolitólogos militares brasileiros identificavam a América do Sul como espaço no qual o Brasil estava destinado a exercer poder, competindo com a Argentina. Nesse sentido, as relações com o vizinho caracterizavam-se pela conflitualidade, apesar de algumas tentativas pontuais de aproximação em determinados períodos.

As perspectivas argentinas sobre o Brasil caminhavam no mesmo sentido, considerando-o seu principal rival geopolítico e as tentativas de aproximação se deram muito pela necessidade do país de evitar novos conflitos diante das tensas relações também estabelecidas com o outro vizinho, Chile. A América do Sul não tinha destaque na geopolítica argentina, uma vez que se buscava estabelecer relações com as grandes potências. Outro motivo seria a ideia de superioridade argentina quanto ao resto da região e a crença de que os países do seu entorno geográfico pouco poderiam agregar a sua ascensão como potência, na transformação do país na sonhada Grande Argentina. Essas visões começam a ser alteradas durante os governos Perón, sem muito sucesso.

Porém, após a resolução do contencioso de Itaipu – discussões que duraram mais de uma década - com a assinatura do Acordo Triparte em 1979, as relações entram em uma nova fase, apoiadas pelo contexto externo e interno favorável. A partir de então,



apesar dos desencontros que se fizeram presentes, ambos os países trabalharam conjuntamente na superação das desconfianças e na busca pelo diálogo, intensificando a agenda cooperativa e tornando possível o avanço dos processos integracionistas. Já na primeira década do século XXI, a parceria estratégica renovada e consolidada foi essencial para o aprofundamento de mecanismos de integração e coordenação política, uma vez que ambos apostaram na integração regional como um eixo essencial de sua parceria, promovendo a América do Sul como uma região geopolítica e afastando as hipóteses de conflitos entre os dois maiores países da região.

Apesar dos inúmeros avanços obtidos, visualiza-se nos últimos anos, com a onda neoliberal e conservadora que avançou pela América do Sul e o novo direcionamento dado pelos governos brasileiro e argentino, o esvaziamento da agenda integracionista, o desmantelamento dos processos integracionistas e grandes divergências entre os dois vizinhos – principalmente após a eleição de Jair Bolsonaro no Brasil. Isso demonstra a fragilidade das relações estabelecidas neste cenário, a problemática de não haver políticas de Estado consolidadas e as dificuldades que imperam na construção da América do Sul como um polo de poder mundial.

Diante desse cenário, refletir sobre questões geopolíticas que nortearam a história dos dois vizinhos e a importância da relação estratégica entre os países, assim como repensar o papel da América do Sul para a ascensão da região e projeção de poder dos países é primordial, devendo-se aprofundar esses estudos geopolíticos, alcançando o período atual e as novas dinâmicas envolvidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albuquerque, E. S. (2015). “80 anos da obra *Projeção Continental do Brasil*, de Mário Travassos”. *Revista do Departamento de Geografia, USP, São Paulo*, 29, pp. 59-78 [online]. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/102081>.

Arruda, L. R. V.; Waldmann Jr, L. (2015). “Geopolítica e poder na América do Sul: a perspectiva de Mário Travassos”. VIII Congresso Latinoamericano de Ciencia Política – ALACIP. Lima, Peru [online]. Disponível em: <http://files.pucp.edu.pe/sistema-ponencias/wp-content/uploads/2015/10/Geopol%C3%ADtica-e-poder-na-Am%C3%A9rica-do-Sul.pdf>.



Beired, J. L. B. (2001). "A grande Argentina': um sonho nacionalista para a construção de uma potência na América Latina". Revista Brasileira de História. São Paulo, 21(42), pp. 303-322. [online]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000300003.

Bielsa, R. (2004). "A política externa da Argentina no quadro da integração regional". Revista DEP - Diplomacia, Estratégia e Política. Projeto Raul Prebisch, Brasília, 1(1), out./dez., pp. 5-21. [online]. Disponível em: http://www.funag.gov.br/ipri/images/pdf/Revista_DEP01_Portugues.pdf.

Buchrucker, C. (1994). "Pensamiento político militar argentino: el debate sobre las hipótesis de conflicto de guerra y la geopolítica". Revista del Centro de Estudios Avanzados. Universidad Nacional de Córdoba, (3), pp. 137-153. [online]. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/restudios/article/view/408>.

Bueno, C. (2002). "Barão do Rio Branco e o Projeto da América do Sul". In: CARDIM, C. H.; ALMINO, J. (Org.). Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil. Brasília: FUNAG. pp. 359-392.

Cairo, H. (2008). "A América Latina nos modelos geopolíticos modernos: da marginalização à preocupação com sua autonomia". Caderno CRH, Salvador, 21(53), mai./ago., pp. 221-237. [online]. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18968/12325>.

Candeas, A. (2017). A integração Brasil-Argentina: história de uma ideia na "visão do outro". 2 ed. Brasília: FUNAG.

Carmona, R. G. (2012). Geopolítica clássica e geopolítica brasileira contemporânea: Mahan, Mackinder e a "grande estratégia" do Brasil para o século XXI. Dissertação de Mestrado, em Geografia Humana/Universidade de São Paulo.

Cepik, M.; Silva, N. P. (2012). "A política da integração regional da Argentina na Era Kirchner". Conjuntura Austral. Porto Alegre, 3(9-10), dez./mar, pp. 15-30. [online]. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/26047/15315>.

Cervo, A. L. (2008). Inserção internacional: formação de conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva.

Cisneros, A.; Escudé, C. (1998). História general de las relaciones exteriores de la República Argentina. Parte II, Tomo VI. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano.

Costa, W. M. (2008). Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder. 2.ed, São Paulo: Editora USP.



Costa, W. M. (2009). “O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração”. *Confins*, São Paulo, n.7, out., pp. 2-23. [online]. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/6107>>.

_____; Théry, H. (2016). “Oitenta anos de geopolítica no Brasil: da geografia militar a um pensamento estratégico nacional”. *Revista Tamoio*, São Gonçalo, 12(2), jul/dez, pp. 4-21. [online]. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/26780>.

Covelli, E. A. (2016). *Desarrollo de la Teoría Geopolítica en la Argentina durante el siglo XX. Monografía de Graduação, Relações Internacionais/Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales, Universidad Nacional de Rosario, Argentina.*

Doratioto, F. F. M. (2000). “A política platina do barão do Rio Branco”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 43(2), jul./dez., pp. 130-149, Brasília. [online]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292000000200006&lng=pt&tlng=pt.

Granato, L.; Oddone, N. (2014). ‘Ideas y praxis de la integración regional durante los dos primeros gobiernos de Juan Domingo Perón (1946-1955): la visión del líder y la construcción política’. *Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo*. Mérida, Venezuela, 9(17), jan./jun., pp. 77- 100. [online]. Disponível em: <http://www.saber.ula.ve/handle/123456789/39719>.

Hage, J. A. A. (2013). “Mario Travassos e a geopolítica brasileira: tensões com a Argentina e preocupações com imperialismos”. *Revista de Geopolítica*, Natal, 4(1), jan./jun., pp. 98-114. [online]. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/80/73>.

Jaguaribe, H. (2005). “Aliança argentino-brasileira”. *Revista DEP: Diplomacia, Estratégia e Política*. Projeto Raul Prebisch, Brasília, 1(2), jan./mar., pp. 42-52. [online]. Disponível em: http://www.funag.gov.br/ipri/images/pdf/Revista_DEP02_Portugues.pdf.

Leme, Á. A. S. P. (2006). *A Declaração do Iguaçu (1985): a nova cooperação Argentino-Brasileira. Dissertação de Mestrado, Relações Internacionais/Universidade Federal do Rio Grande do Sul.*

Lessa, A. C. (2009). “No canteiro das ideias: uma reflexão sobre o conceito de parceria estratégica na ação internacional do Brasil à luz das suas relações com a União Europeia”. In: Martins, E. R.; Saraiva, M. G. (org.). *Brasil, União Europeia, América do Sul: anos 2010-2020*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer. pp. 97- 105.



- Mahan, A. T. (1890). *The influence of sea power upon history 1660-1783*. Boston: Little, Brown and Company.
- Mackinder, H. J. (1904). "The Geographical Pivot of History". *The Geographical Journal*. 23(4), Abr., pp. 3-27.
- Mello, L. I. A. (1996). *Argentina e Brasil: balança de poder no Cone Sul*. São Paulo: Annablume.
- Milani, L. P. (2015). "A cooperação regional desde uma perspectiva argentina: mudanças de concepção e reações frente a projetos brasileiros". *Boletim de Economia e Política Internacional (IPEA)*. Brasília, n. 21, set./dez., pp. 45-58.
- Ministério da Defesa. (2012). *Livro Branco de Defesa Nacional – LBDN*. Brasília, 2012. [online]. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>.
- Ministério da Defesa. (2013). *Política Nacional de Defesa – PND*. Brasília, 2013. [online] Disponível em: <http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/461>.
- Ministerio de Defensa. (2010). *Libro Blanco de la Defensa de la República Argentina*. Buenos Aires, 2010. [online]. Disponível em: https://www.files.ethz.ch/isn/157079/Libro_Blanco_de_la_Defensa_spanish.pdf.
- Miranda, R. (2015). "El trazo fino de las relaciones bilaterales de argentina en Sudamérica". *Revista Enfoques*. Santiago, Chile, 13(22), pp. 67-81. [online]. Disponível em: http://www.revistaenfoques.cl/index.php/revista-uno/article/view/313/pdf_24.
- Miyamoto, S. (1981). "Os estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação". *Revista Perspectivas*. São Paulo, 4, pp. 75-92. [online]. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/1713/1394>.
- Moniz Bandeira, L. A. (2009). *Geopolítica e política exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul*. Brasília: FUNAG.
- MRE. *Visita da Presidente Dilma Rousseff à República Argentina*. Ministério das Relações Exteriores. 23 de abril de 2013. Nota. [online]. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/3403-visita-da-presidenta-dilmarousseff-a-republica-argentina-buenos-aires-25-e-26-de-abril-de-2013>.
- Muñoz, L. R. (2010). *A política externa do Rio Branco e a Argentina: aproximação no subsistema sul-americano e afastamento no sistema internacional (1902-1912)*. Dissertação de Mestrado, Relações Internacionais/Universidade de Brasília.



Omodeo, M. G. (2006). *Argentina-Brasil: a grande oportunidade*. Rio de Janeiro: MauadX.

Paredes, R. C. (2009). "Diplomacia colonial y guerra moderna. Estanislao Zeballos entre las fronteras y el conflicto internacional (1878-1908)". XII Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia, Facultad de Humanidades y Centro Regional Universitario Bariloche. Universidad Nacional del Comahue, San Carlos de Bariloche.

Rapoport, M.; Madrid, E. (2011). *Argentina-Brasil: de rivales a aliados*. Buenos Aires: Capital Intelectual.

Rodrigues, B. S. (2014). "O heartland sul-americano: a importância geopolítica da Bolívia para a América do Sul". *Oikos*. Rio de Janeiro, 3(1), pp. 40-56. [online]. Disponível em: <http://www.revistaokos.org/seer/index.php/oikos/article/viewFile/368/207>.

Russell, R.; Tokatlian, J. G. (2003). "O lugar do Brasil na política externa argentina: a visão do outro". Trad. Lorenzo Macagno. *Novos Estudos*. (65), pp. 71-90.

Saraiva, M. G. (2012). *Encontros e Desencontros: o lugar da Argentina na política externa brasileira*. Belo Horizonte: Fino Traço.

Santos, N. B. (1985). *Funções das teorias geopolíticas: algumas reflexões críticas sobre o caso argentino*. Dissertação de Mestrado, Direito/Universidade Federal de Santa Catarina.

Taborda, A.; Rolando, L.; Floro, M. (2010). "Argentina y el MERCOSUR: Alianzas estratégicas con Brasil y Venezuela (2003 - 2009)". V Congreso de Relaciones Internacionales. La Plata, Argentina. [online]. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/39853>.

Tripolone, G. (2015). "Segundo Storni, el mar y la desespacialización de la política". *Revista Geopolítica(s): Revista de estudios sobre espacio y poder*. San Juan, Argentina, 6(1), pp. 137-152. [online]. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/GEOP/article/view/48316/46208>

